

Desigualdade de gênero impede desenvolvimento sustentável, diz relatório da Cepal

Mulheres estão sub-representadas a ciência, tecnologia, engenharia

[\(Agência Brasil, 28/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O [relatório](#) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgado hoje (28) em Santiago, no Chile, afirma que as desigualdades de gênero são obstáculo ao desenvolvimento sustentável na região e que as mudanças no cenário são manifestação de urgência em avançar na direção de modelos que deem maior autonomia às mulheres.

“As mulheres ainda estão sub-representadas nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, o que limita suas possibilidades de melhor inserção econômica”, diz o estudo, apresentado na 14ª Conferência Regional sobre Mulheres na América Latina e o Caribe, que começou hoje na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na capital chilena.

Organizado pela comissão com apoio da ONU Mulheres, o encontro tem como tema central a autonomia das mulheres em cenários econômicos em mudança.

Tecnologia

A automação do trabalho, com máquinas substituindo o trabalho de pessoas, trará mudanças na organização do trabalho remunerado. O estudo que 50,1% das mulheres da região desempenham trabalhos ou serviços não qualificados, ocupações com alta probabilidade de automação.

“São menores as possibilidades para as pessoas que ainda encontram dificuldades no acesso a serviços tecnológicos ou para os setores da população em que persistem problemas de conectividade. Isso ameaçaria especialmente as pessoas que estão na pobreza, entre as quais há maior concentração de mulheres, assim como a população rural ou indígena, grupos ainda com deficiências no acesso a serviços tecnológicos ou que enfrentam problemas de conectividade e até dificuldades no acesso à eletricidade.”

Segundo o relatório, intitulado *A autonomia das mulheres na mudança de cenários econômicos*, o desafio é impedir que o emprego seja ainda mais polarizado e as disparidades socioeconômicas e de gênero aumentem à medida que gera novas elites “digitais”, bem como um grupo de “excluídos digitais”.

O estudo também traz um capítulo dedicado à reflexão da violência nos meios digitais. Apesar de não existirem muitos estudos nessa área, estima-se que, no mundo, cerca de 73% das mulheres já se sentiram expostas ou experimentaram algum tipo de violência *online*.

Brasil

Ao referir-se à situação brasileira, o texto diz que “no Brasil, uma pesquisa sobre violência contra mulheres realizada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostrou que 27,4% das brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Entre elas, quase uma em cada dez (8,2%) relatou que o episódio mais grave ocorreu pela internet.

Os dados são significativamente superiores aos registrados na pesquisa realizada em 2017, quando apenas 1,2% das mulheres afirmou que sofreu algum tipo de violência na internet”.

O relatório reconhece que houve avanços na implementação de políticas públicas nas três dimensões da autonomia das mulheres: física, econômica e tomada de decisão. Mas ressalta que ainda existem desafios a serem superados.

Desafios

Um dos maiores desafios da desigualdade de gênero na região é a divisão sexual do trabalho e a injusta organização social do cuidado, diz o informe. As mulheres passam três vezes mais tempo dedicadas ao trabalho doméstico e aos cuidados não remunerados do que os homens e são as principais responsáveis pelo cuidado dos idosos.

No relatório, o Brasil foi citado como um exemplo positivo nessa área.

“No Brasil, há um reconhecimento institucional da atividade assistencial como um trabalho profissional. Em 2002, a atividade de cuidadores profissionais foi incorporada no marco da nova Classificação Ocupacional Brasileira (COB). Esta atividade inclui aqueles que cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, com base em objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou diretamente responsáveis, garantindo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida”.

Feminização

Na América Latina e no Caribe, observa-se a chamada “feminização” da velhice: para cada 100 homens com 60 anos ou mais, existem 123 mulheres na mesma faixa etária, enquanto, no caso da população de 80 anos ou mais, o número chega a 159 mulheres para cada 100 homens.

Segundo a Cepal, é necessário redobrar esforços para elaborar políticas públicas de igualdade que reconheçam a contribuição das mulheres para a economia por meio do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, e que promovam uma distribuição mais justa das cargas de trabalho.

“Se os estados não fornecerem serviços e benefícios públicos adequados, as famílias e, em particular, as mulheres, terão que responder individualmente, cada vez mais, às demandas de atendimento aos idosos, muitas vezes à custa de sua participação no mercado de trabalho, bem-estar e realização pessoal”, afirma a Comissão.

Renda

O número de mulheres sem renda própria diminuiu de 41,0% em 2002 para 27,5% em 2018; no entanto, esse último percentual ainda é maior que o de homens na mesma situação (13,1%).

Isso implica que cerca de um terço das mulheres na região depende inteiramente de outros para sua subsistência, o que se soma ao fato de serem maioria da população em situação de pobreza. A situação de pobreza (que inclui 18 países) aumentou de 105 mulheres para cada 100 homens em 2002 para 113 mulheres para cada 100 homens, em 2018, segundo os dados da Cepal.

Em um contexto global de crescente expansão e volatilidade dos mercados financeiros, impõe condições desfavoráveis de acesso ao crédito para as mulheres. Os montantes de crédito em vigor para elas é equivalente a 57% do montante recebido por homens no Chile; 67% no caso da Costa Rica; e 59% no caso da Guatemala.

A conferência, organizada pela Cepal com apoio das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), contará com a presença de Isabel Plá, ministra da Mulher e Igualdade de Gênero do Chile; Alicia Bárcena, secretária executiva da CEPAL; Carolina Valdivia, subsecretária de Relações Exteriores do Chile; Mariella Mazzotti, diretora do Instituto Nacional da Mulher (Inmujeres) do Uruguai; Åsa Regnér, vice-diretora executiva da ONU-Mulheres, e Silvia Rucks, coordenadora residente do sistema das Nações Unidas no Chile. Devem participar também representantes de organizações da sociedade civil, do setor acadêmico e de organizações intergovernamentais.

Por Marieta Cazarré - Repórter da Agência Brasil Montevideu

[Arquitetura de genocídio também tem gênero, por Djamila Ribeiro](#)

Definitivamente não é fácil a vida de meninas neste país

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Indignada, terminei de ler uma [reportagem da Folha](#) do último domingo (5): com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no Ceará. Ela fala da escalada no número de assassinatos de meninas adolescentes no estado como resultado da disputa pela posse delas por organizações criminosas atuantes na região.

Segundo aponta o texto, que traz a história do assassinato brutal de duas jovens, não se pode ter amigo em território dominado por outra organização nem se negar a “fazer um corre”. Conta, inclusive, que pintar o cabelo de vermelho, cor relacionada a uma das organizações, já seria motivo para uma decretação de morte. Consultado pela reportagem, Luiz Fábio Paiva, professor do Laboratório de Estudos da Violência na Universidade Federal do Ceará, bem observou que “um menino não morreria pela mesma situação. Há um controle moral dessa menina”.

É uma realidade brutal. Da infância à velhice, a “[guerra às drogas](#)”, que na verdade se trata de “guerra à população negra”, vem produzindo consequências devastadoras na vida de meninas

e mulheres em áreas vulneráveis. Segundo o Infopen Mulheres, entre 2006 e 2014 houve um aumento de 567,4% da população carcerária feminina, das quais 50% têm entre 18 e 29 anos e 67% são negras, realimentando um ciclo de exclusão e miséria que atinge direta e indiretamente milhões de pessoas.

As adolescentes estão também inseridas nessa arquitetura perversa de marginalização e criminalização da pobreza.

Juliana Borges, pesquisadora e autora do livro “Encarceramento em Massa”, diz sobre as jovens sob medidas socioeducativas, a partir de dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco: “Há um alarmante dado que aponta para a juventude negra como foco de ação genocida do Estado brasileiro”.

“Os dados de jovens mulheres sob medidas socioeducativas também vêm crescendo. A estrutura das casas segue a lógica prisional, a maioria das internas tem entre 15 e 17 anos, sendo 68% negras —esse dado no estado de São Paulo chega a 72%. Tráfico de drogas e roubo são a maioria dos atos infracionais, e os argumentos apresentados não diferem: vulnerabilidades sociais, necessidade de sustento dos filhos e da família, desestruturação familiar, violência e abuso doméstico-sexual.

E conclui: “Então, como podemos falar em democracia racial no Brasil quando os dados nos mostram um sistema prisional que pune e penaliza prioritariamente a população negra? Como podemos negar o racismo como pilar das desigualdades no Brasil sob esse quadro? Simplesmente não podemos”.

Intersecções de identidade nos atravessam e nos posicionam em determinados lugares sociais, sendo, no caso das meninas negras, uma situação dramática. Quando essas meninas não estão morrendo, estão sendo presas, muitas delas já mães precoces. Nessa arquitetura neocolonial do Estado brasileiro em marginalizar a população indesejada e manter essas jovens meninas negras sob controle, há ainda uma estrutura posta para mantê-las a serviço da ordem patriarcal.

Definitivamente não é fácil a vida de meninas nesse país. Elas têm contra si o fantasma do abuso sexual à espreita, normalmente no seio familiar e sob o qual há um silêncio. Dados colhidos pelo Instituto Igarapé contam que, entre [as principais vítimas de violência sexual, 56,4% são crianças](#), em especial meninas. Nesses casos, os agressores são homens conhecidos (65%).

A ordem patriarcal ainda põe o país na quarta posição no índice de casamento infantil, com 2,9 milhões de uniões precoces, segundo dados da Unicef.

A larga desvantagem material aliada à estrutura machista e à falta de políticas públicas faz com que seja naturalizado e imposto o casamento de meninas com homens mais velhos, em um ciclo de perpetuação da desigualdade de gênero e de raça pela gravidez precoce, o abandono escolar e os demais prejuízos na vida social dessas jovens.

É um colapso na sociedade brasileira. A criação de um destino horrível para essas meninas também é consequência de omissão e ilegalidade do Estado. Em um cenário nada favorável no âmbito federal, não há muito o que se esperar. Parece que pautas que discorram sobre a vida e desafios das meninas brasileiras não existem fora das lutas e espaços feministas.

É uma arquitetura de genocídio e exclusão contra meninas, jovens e mulheres vulneráveis nesse país. Um escárnio, uma vergonha, um escândalo.

Por Djamila Ribeiro, Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais.

Brasil é apenas 130º em ranking que analisa igualdade salarial entre homens e mulheres com trabalho semelhante

Dados integram o relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado nesta terça-feira e que analisa a desigualdade de gênero em 153 países.

(G1, 17/12/2019 - acesse no site de origem)

Numa classificação de 153 países, o Brasil ocupa apenas no 130º lugar no quesito que analisa a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham trabalho semelhante.

Os dados integram o relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) divulgado nesta terça-feira (17) e que analisa a desigualdade de gênero.

O estudo mostrou ainda que o Brasil tem apenas 20% das empresas com mulheres em cargos elevados de gestão. A baixa presença feminina ocorre mesmo com boa parte da força de trabalho brasileira composta por mulheres - elas somam 45,09 milhões, enquanto os homens são 55,08 milhões.

No relatório do WEF, o Brasil apareceu na 92ª posição no ranking global que analisa a desigualdade de gênero. Pelo levantamento, o [país precisa de mais de 59 anos](#) para ter igualdade entre homens e mulheres.

Entre os países da América Latina e do Caribe, o Brasil ficou na 22ª colocação entre 25 países.

Desempenho dos países da América Latina e do Caribe

País	Ranking global
Nicarágua	5
Costa Rica	13
Colômbia	22
Trinidad e Tobago	24
México	25
Barbados	28
Argentina	30
Cuba	31
Uruguai	37
Jamaica	41
Bolívia	42
Panamá	46
Equador	48
Chile	57
Honduras	58
Bahamas	61
Peru	66
Venezuela	67
Suriname	77
El Salvador	80
República Dominicana	86
Brasil	92
Paraguai	100
Belize	110
Guatemala	113

Fonte: WEF

Na análise detalhada por quesitos, o Brasil tem o melhor desempenho em saúde - ocupa a primeira colocação no ranking -, e o pior resultado em empoderamento político - o país está no 104º lugar.

Nos demais itens analisados, o país está na 35ª colocação quando se analisa a disparidade de nível educacional e ocupa a 89ª posição em participação econômica.

Série mostrou desafios das mulheres

Em julho, o **G1** publicou [uma série de entrevistas com mulheres](#) que alcançaram cargos de liderança. Em um dos capítulos, a diretora do Banco Central Carolina de Assis Barros disse a mulher que chega à chefia tem o papel de estender a mão para outras. Veja a entrevista [aqui](#).

Desempenho mundial

A WEF alertou que a desigualdade de gênero no local de trabalho aumentou este ano e, nesse ritmo, serão necessários 257 anos para alcançar a paridade. No relatório do ano passado, eram necessários 202 anos.

[Itamaraty abole regra 'não escrita' e freia promoção de mulheres, por Lauro Jardim](#)

Saiu ontem a lista de promoções do **Itamaraty**.

[\(O Globo, 17/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há pelo menos duas décadas há uma regra não escrita, mas seguida por todos os chanceleres até aqui, em que nas promoções um terço das vagas de ministros de primeira e de segunda classes, conselheiros e primeiros-secretários seriam ocupadas por mulheres.

Beleza.

Só que o Itamaraty de Ernesto Araújo parece ter como objetivo mudar “tudo isso que está aí”.

Na lista de ontem, dos quinze conselheiros promovidos, apenas uma mulher; dos dezessete primeiros-secretários, duas mulheres. Entre os ministros, a coisa não melhora: uma diplomata virou ministra de primeira classe, enquanto três homens foram promovidos; entre os de segunda classe, oito homens e nenhuma mulher.

Por Lauro Jardim

Desigualdade de gênero só acabará em 2276, diz Fórum Econômico Mundial

Houve melhora na área política e retrocesso nas questões de trabalho

(Folha de S.Paulo, 16/12/2019 - acesse no site de origem)

A [desigualdade de gênero no local de trabalho](#) aumentou este ano e, nesse ritmo, teremos que esperar 257 anos para alcançar a paridade, alertou o Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês).

Em seu relatório anual sobre igualdade no mundo, o órgão com sede em Genebra registrou melhorias em todas as áreas, exceto na trabalhista.

O estudo, elaborado em 153 países, contempla a [paridade entre homens e mulheres](#) nas áreas de saúde, educação, trabalho e política, embora ressalte que levará 99,5 anos para alcançar uma paridade média global, em comparação com 108 do ano passado.

Os países nórdicos continuam a dar o exemplo em termos de igualdade. A Islândia ainda é o país mais igualitário do mundo, seguido pela Noruega, Finlândia e Suécia. Entre as outras dez principais economias estão Nicarágua, Nova Zelândia, Irlanda, Espanha, Ruanda e Alemanha.

Segundo o relatório, o avanço neste ano pode ser atribuído em grande parte ao [aumento significativo do número de mulheres na política](#).

As áreas da escolaridade e da saúde estão bem próximas da paridade (96,1% e 95,7% respectivamente).

Já quando o assunto é [mercado de trabalho, o indicador não é dos melhores](#). Apesar da diferença ser menor do que era há 15 anos, a desigualdade subiu em 2019 chegando a 257 anos, contra os 202 do ano anterior, com uma diferença salarial global de 40%.

O relatório atribui essa disparidade econômica à “baixa proporção de mulheres em cargos gerenciais, ao congelamento de seus salários e à sua baixa participação na força de trabalho e na renda”.

A situação geral de paridade difere, no entanto, de acordo com países e regiões.

Por regiões, a Europa Ocidental é a mais avançada em termos de paridade pelo 14º ano consecutivo, já compensando 77% das diferenças entre os sexos, embora, na taxa atual, demore 54 anos para alcançar a igualdade.

A região da América Latina e do Caribe precisará de 59 anos para atingir a paridade. A África Subsaariana, 95 anos. A América do Norte, onde as diferenças de gênero melhoraram no Canadá, mas pioraram nos Estados Unidos (que caíram duas posições no ranking, passando de 51º para 53º), levará 151 anos.

Síria, Paquistão, Iraque e Iêmen mostram as diferenças de gênero mais acentuadas entre os países analisados e, entre as 20 principais economias do mundo, a Alemanha ocupa a melhor posição no ranking de igualdade de gênero, na décima posição, seguida pela França (15ª), Canadá (19ª) e Grã-Bretanha (21ª).

Mulheres estudam mais no Brasil, mas têm renda 41,5% menor que homens, diz ONU

Renda Nacional Bruta per capita da mulher foi de US\$ 10.432 em 2018, contra US\$ 17.827 do homem. País caiu uma posição no IDH e foi para 79º lugar no ranking com 166 países.

(G1, 09/12/2019 - acesse no site de origem)

O Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) nesta segunda-feira (9), aponta que as mulheres no Brasil estudam mais, porém possuem renda 41,5% menor que os homens.

O IDG aponta os mesmos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — de saúde, educação e renda — em 166 países, mas com separação por sexo. O IDH do Pnud também foi divulgado nesta segunda e coloca o Brasil na 79ª posição, com 0,761. Medido anualmente, o IDH vai de 0 a 1 - quanto maior, mais desenvolvido o país.

O IDH para mulheres mostrou que as brasileiras estão em melhores condições de saúde e educação que os homens, mas ficam abaixo quando o assunto é renda bruta.

No Brasil, as mulheres têm mais anos esperados de escolaridade (15,8 frente a 15 dos homens) e maior média de anos de estudo (8,1 anos contra 7,6 dos homens). A Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, medida anualmente, da mulher, no entanto, equivale a US\$ 10.432 contra US\$ 17.827 do homem, com base em números de 2018.

Pelo levantamento, o IDH dos homens foi de 0,761 e o das mulheres de 0,757, o que gera um IDG, que mede a desigualdade entre os gêneros, de 0,995. O valor é menor que o de países como Uruguai (1,016), Rússia (1,015) e Venezuela (1,013), e maior que o de Argentina (0,988), Colômbia (0,986) e África do Sul (0,984).

O IDG também indicou, no Brasil, maior esperança de vida ao nascer para mulheres, de 79,4 anos de idade, contra os 72 anos previstos para o homem.

Poucas mulheres no Parlamento

O Relatório de Desenvolvimento Humano indica, ainda, o chamado Índice de Desigualdade de

Gênero (GII, da sigla em inglês), que aponta as desigualdades em três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica. Por este índice, que quanto mais perto de 0, melhor, o Brasil fica na 89ª posição entre 162 países, com 0,386.

O levantamento mede a saúde reprodutiva pela mortalidade materna e pelas taxas de natalidade na adolescência. O empoderamento é medido pela parcela de assentos no parlamento ocupada por mulheres e pelo ensino médio e superior completos por cada gênero. Já a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho por mulheres e homens.

Neste quesito, chama a atenção a baixa participação de mulheres no Parlamento. Segundo o levantamento, esse valor foi de 15% em 2018. O índice é menor até que o da Nigéria, país com menor IDH do mundo, onde as mulheres ocupam 17% dos assentos no Parlamento.

Desigualdade de gênero

Pnud 2019 mostra que mulheres estudam mais, mas recebem menos; compare



Mulher

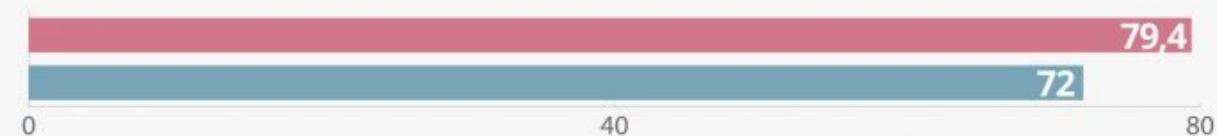


Homem

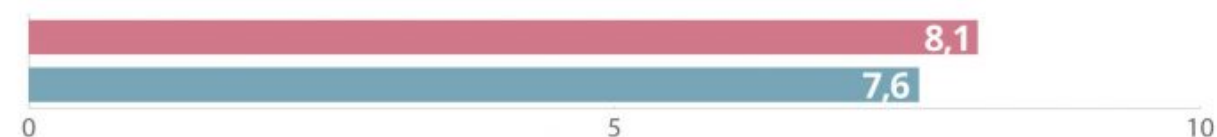
IDH



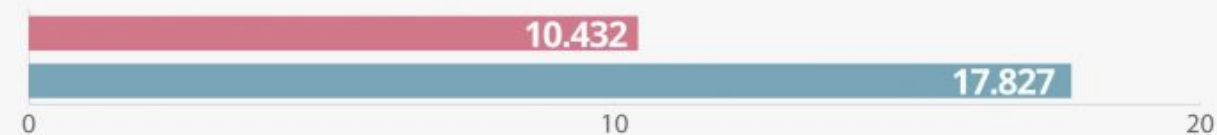
Esperança de vida ao nascer



Média de anos de estudo



Renda nacional bruta per capita (US\$/ano)



Fonte: Pnud 2019/ONU



Infográfico elaborado em: 09/12/2019

Meninas são as que mais sofrem com falta de investimento em políticas públicas no Brasil

Pesquisa realizada pelo Cedeca Ceará mostra como a desigualdade de gênero na juventude pode ser piorada sem políticas públicas específicas

(O Povo, 03/12/2019 - acesse no site de origem)

A diminuição de investimentos em políticas públicas que ajudam a garantir direitos a crianças e adolescentes afeta principalmente meninas, aprofundando a desigualdade de gênero. É o que diz a pesquisa “Infância, gênero e orçamento público no Brasil” realizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca).

O estudo analisa os dados orçamentários do País levando em conta o gênero, região, classe social, entre outros fatores. Foram constatadas reduções drásticas nos gastos com ações que funcionam em combate a problemas que tem como principais vítimas as meninas, como o casamento infantil, a exploração sexual, homicídios na adolescência e evasão escolar.



Dillyane Ribeiro, técnica responsável pela pesquisa e coordenadora do núcleo de monitoramento de políticas públicas do Cedeca, explica que o Brasil adota a Convenção de Direitos da Criança, mas não segue a observação do documento que recomenda a elaboração de orçamentos públicos priorizando o direito das crianças. “O orçamento não tem servido a isso, tem ignorado as desigualdades”.

A análise mostra que gastos com cultura, educação, direitos da cidadania e saneamento vem sofrendo diminuições desde 2016, ano de forte crise financeira. A verba destinada a políticas para crianças e adolescentes em 2018 foi de 3,57% do Produto Interno Bruto (PIB), 0,05% menor que no ano anterior. Além disso, ações orçamentárias criadas para esse público deixaram de ser executadas e tiveram recursos previstos deslocados para outras áreas.

“Isso é reflexo da falta de compromisso da política de estado. O enfoque nos direitos humanos que deveria orientar [o orçamento] vem sendo renegado”. A pesquisadora expõe que a continuidade de projetos que focam na manutenção de direitos é sempre ameaçada. Mesmo estando presentes nas leis orçamentárias aprovadas, acabam sofrendo com a realocação de verba para áreas que “a sociedade não considera prioritárias”. Ela faz uma crítica aos portais

de transparência, que não disponibilizam a informação do destino do dinheiro.

Quando o orçamento deixa de priorizar educação e saúde, para Dillyane, a assistência para meninas fica mais prejudicada. Historicamente, segundo a pesquisa, o trabalho de cuidado de pessoas foi destinado às mulheres. Familiares doentes, crianças ou idosos são majoritariamente assistidos pelas mulheres, muitas vezes de forma não remunerada. Isso faz com que esse contexto seja o mais citado por jovens de 15 a 29 anos como motivo para não frequentar a escola no Nordeste, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua da Educação de 2018.

“Precisa ter creche, ter rede de saúde. Se não, sobra mais para as meninas e mulheres que ficam encarregadas dessa tarefa”, diz Dillyane. No Ceará, assim como na maioria dos estados do Nordeste, a evasão escolar é maior entre meninas de 15 a 17 anos do que entre meninos da mesma faixa etária. As horas dedicadas a cuidados e afazeres domésticos também é maior entre crianças e adolescentes do gênero feminino na região. Por ser realizado em ambientes privados e se tratar de uma tarefa esperada das mulheres, o trabalho doméstico infantil costuma ser subnotificado, de acordo com a pesquisa.

Mesmo com este cenário, os investimentos em programas de combate ao trabalho infantil têm recebido redução nos últimos anos. Em 2014, a rubrica orçamentária denominada “Ações Estratégicas ao Enfrentamento ao Trabalho Infantil” tinha destinados cerca de R\$ 70 milhões, enquanto em 2018 o valor foi de menos de R\$ 10 milhões. Ações importantes do governo federal como a “Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho” e a “Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil” tiveram zero reais disponíveis em 2018. Com isso, a pesquisa defende que a situação precária desse grupo tende a ser agravada, perdendo direitos de viver uma infância e adolescência de qualidade.

Fora da escola e em ambientes hostis de trabalho, as meninas podem entrar em contato ainda com outras vulnerabilidades, como a exploração e violência sexual e o casamento precoce, que também são estudados na pesquisa. Outro ponto levantado pelo estudo é a exposição à violência urbana dessas meninas que, nos últimos anos, se tornaram alvos mais frequentes de crimes contra a vida. “Precisamos de uma mudança radical na orientação da nossa política. Apostar e investir na vida, na geração de saúde, na diminuição das desigualdades, e não na política de morte e no encarceramento, que só aumenta a violência”, opina Dillyane.

Por que meninas são mais vulneráveis?

Para a professora do departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB), Hayeska Barroso, desde cedo as meninas são criadas como mais frágeis. Comportamentos ensinados dentro de casa, como falar baixo, silenciar vontades e não se posicionar, segundo ela, serão reproduzidos também fora do ambiente familiar. “O lugar imposto é o de subalternidade”, diz. Assim, elas acabam expostas à violência e à negligência.

A pesquisa

O estudo do Cedeca compõe uma pesquisa organizada pela organização não governamental Save The Children e deve ser compilado com dados da Guatemala e do Peru. Os resultados foram apresentados em outubro no Comitê de Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Pobreza na infância agrava desigualdade de gênero, diz pesquisadora

Para ganhar roupas, sapatos e o caderno da escola, Francineide dos Santos da Silva, 49, teve de começar a trabalhar ainda com 11 anos. Em casa, na cidade de Jaguaribe, interior do Ceará, sua mãe não teria condições de garantir seu acesso aos estudos, já que trabalhava lavando roupas e ainda tinha outros cinco filhos para criar sem ajuda do pai das crianças. Então, Neide precisou fazer o que muitas meninas na mesma situação também fizeram para se manter: realizar trabalhos domésticos em casas de famílias da vizinhança.

Às 5 horas, todos os dias, levantava para começar a cuidar da casa da patroa. Neide seguia lavando roupas e limpando os cômodos até a hora de dar banho na filha da mulher. “O que eu achava mais dificultoso era cuidar da especial [pessoa com deficiência]. Ela era muito violenta, batia muito em mim, eu chorava, ficava com roxo”, relatou. Os cuidados com a jovem tomavam grande parte do dia de Neide, que só depois ia à escola, no período da tarde. Ela morava na casa da família, não tendo direito a folgas no fim de semana ou em feriados.

No colégio, a maioria de suas colegas tinha rotina parecida. Todas trabalhavam desde muito novas. “A gente no interior não tem negócio de cansaço, a gente começa a trabalhar muito cedo. E eu precisava daquela roupa, precisava estudar”, disse. Se tivesse continuado na casa dos pais, Neide acredita que não conseguiria continuar nem até a quarta série, que foi quando parou de ir a escola. Os irmãos também trabalhavam ajudando a mãe a lavar roupas, mas segundo ela, tinham rotina mais tranquila.

A história de Neide, mesmo após mais de 30 anos, ainda é vivida por diversas meninas. De acordo com a Pnad Contínua de 2016, as meninas de 5 a 13 anos do Nordeste dedicam pelo menos 8 horas semanais a trabalhos domésticos, 1,7 hora a mais que meninos da mesma idade. A média da região é a maior do Brasil, que também tem o maior índice de pobreza do País. O dado evidencia, conforme a pesquisa do Cedeca, que “a pobreza não só propulsiona o uso da mão de obra infantil, mas aprofunda, sobretudo, a desigualdade de gênero”.

A professora do departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB), Hayeska Barroso, explica que a questão de classe influencia nos serviços básicos e oportunidades que as mulheres têm acesso, inclusive as de trabalhos dignos. Além disso, desde cedo elas são direcionadas a áreas de emprego que historicamente têm piores remunerações, enquanto os homens são instigados a buscar trabalhos com melhor status social, segundo a pesquisadora. “Não sei se poderia dizer que quanto mais pobre, maior a violência de gênero, mas eu posso dizer que a pobreza potencializa os vieses em que a violência de gênero vai chegar nessas mulheres. Assim como a pobreza, a raça e a idade também”, afirma.

Apesar do Norte e do Nordeste serem as regiões que mais têm pessoas em situação de extrema pobreza, os investimentos do governo federal em políticas públicas como educação, saúde, assistência social e cultura priorizaram o Sudeste no ano de 2018. Na cultura, por exemplo, dados do Siga Brasil colhidos pelo Cedeca mostram que a região recebeu 66,1% dos recursos, enquanto o Norte teve 1,2% dos gastos. “É possível verificar que o processo orçamentário não respeita as disparidades existentes entre as regiões, mas as exacerba”, diz o texto da pesquisa.

Verba para combate à violência sexual contra crianças e adolescentes deixou de existir no orçamento desde 2017

Desde 2014 sofrendo cortes, a única ação nacional para combate da violência sexual a crianças e adolescentes deixou de existir completamente no orçamento público do governo federal em 2017. A verba também não apareceu nas contas de 2018, segundo a pesquisa do Cedeca. Enquanto isso, o número de notificações de violência sexual contra pessoas de 0 a 19 anos, de acordo com o Ministério da Saúde, cresceu cerca de 20% de 2016 para 2017. Dos casos registrados, as vítimas do gênero feminino representam 64%.

“A não alocação orçamentária para esse programa é extremamente ruim e sintomática, principalmente porque é um programa que já teve muito recurso. E mesmo assim, já não era suficiente”, diz Lídia Rodrigues, membro da comissão de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará. Em 2016, o programa tinha disponíveis R\$ 6,6 milhões.

Lídia acompanha as políticas desde 2004 e reconhece que o movimento já teve avanços, como a aprovação da Lei 13.431/2017 que garante direitos para crianças vítimas e testemunhas de violência sexual. No entanto, para ela, os retrocessos nas políticas de enfrentamento desse problema são perceptíveis. Ações como o programa Sentinela, que assegurava atendimento psicossocial para vítimas em âmbito federal, não são mais implementadas. No Estado, o Ceará também não tem nenhum programa parecido.

“Há um vácuo de políticas específicas para essa menina jovem”

Devido a guerra entre facções criminosas pelo domínio dos territórios do tráfico, o homicídio tem se tornado uma das principais causas de morte entre jovens na segunda década de vida. Apesar de representar um número bem menor do que as mortes de meninos, o assassinato de meninas vem aumentando. Em Fortaleza, de 2017 para 2018 o número de homicídios entre jovens do gênero feminino nessa faixa etária aumentou 90,32%, enquanto o de meninos diminuiu 34,99%. Para o relator do Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência, o deputado estadual Renato Roseno, faltam políticas públicas para esse grupo.

“Há um vácuo de políticas específicas para essa menina jovem, adolescente. Opressão de gênero, vulnerabilidade socioeconômica e o território. Essas camadas se reforçam de forma a

permitir que elas sejam mais vulneráveis ainda à violência letal”, afirma. Roseno explica que o comitê estuda para produzir informações sobre as vulnerabilidades particulares das meninas em contexto de violência urbana para, então, comprovar a necessidade das políticas públicas próprias para combater o problema.

Para a prevenção, o relator defende que a assistência social tem um papel importante no cuidado com os jovens e suas famílias. O serviço, segundo ele, deve encaminhar adolescentes em situações vulneráveis para projetos específicos de prevenção, bem como atender famílias e garantir que todos tenham acesso a serviços de saúde mental. De acordo com a pesquisa do Cedeca, dados do Portal da Transparência mostram que o investimento em assistência social diminuiu 66% de 2017 para 2018.

O Fundo Municipal de Assistência Social recebeu, em 2017, R\$ 16,8 milhões do Tesouro Municipal. Em 2018, o valor foi de R\$ 5,7 milhões. É com este dinheiro que são mantidos programas como o Centro de Referência em Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas). São esses órgãos que conseguem fazer o trabalho preventivo com os jovens e suas famílias.

Quando questionada sobre a queda na verba, a Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) afirmou que os recursos federais também recebidos pelo fundo atrasaram em 2016 e 2017. A pasta só voltou a receber o dinheiro em 2018. O débito para a Prefeitura foi de R\$ 12 milhões devido aos atrasos.

Por Alexia Vieira

Mapa da Desigualdade 2019 mostra aumento de feminicídios em SP

De acordo com estudo da Rede Nossa São Paulo, casos tiveram alta de 167% em toda a cidade; ocorrências de violência cresceram 51%. Mapa mostra também diferenças da média de idade com que as pessoas morrem

(Estadão, 05/11/2019 - acesse no site de origem)

SÃO PAULO - A violência contra a mulher cresceu na capital paulista. É o que mostra o Mapa da Desigualdade Social 2019, publicado nesta terça-feira, 5, pela Rede Nossa São Paulo. De acordo com o levantamento, feito com dados de 2018, os feminicídios aumentaram 167% em toda a cidade, e as ocorrências de violência, 51%. Os distritos da Sé e Barra Funda concentram as maiores taxas de ocorrência nos dois indicadores.

Além disso, um dos principais destaques é a média de idade com que as pessoas morreram em 2018. Enquanto em Moema esse valor é de 80,57, em Cidade Tiradentes, é de 57,31,

contabilizando mais de 20 anos de diferença entre os dois distritos. Os dados de dez diferentes áreas e 53 indicadores mostram a realidade dos distritos da capital paulista através do “desigualtômetro”, que evidencia a diferença entre a melhor e a pior região.

Pela primeira vez, o estudo traz dados sobre violência, com comparativo de agressões contra a mulher, incluindo o feminicídio, violência homofóbica, transfóbica, violência de racismo e injúria racial. Os números foram levantados junto à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) e ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e são referentes aos locais onde as vítimas sofreram as ocorrências. A apresentação pode ser vista [aqui](#).

O Mapa mostra que a Sé lidera os casos de violência contra a mulher na capital paulista. Foram registradas 8,4 ocorrências de feminicídio para cada 10 mil mulheres na faixa de 20 a 59 anos na região, número 56 vezes maior que em outros 20 distritos da cidade. A violência contra a mulher também é maior nesse mesmo distrito, com 803,9 registros.

A Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006) classifica a violência contra a mulher em 5 tipos:

1. violência física (homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal e maus-tratos)
2. violência psicológica (constrangimento ilegal e ameaça)
3. violência moral (calúnia, difamação e injúria)
4. violência sexual (estupro)
5. violência patrimonial (invasão de domicílio e dano)

De acordo com o instituto, é importante considerar que esse tipo de violência costuma ser subnotificado, ou seja, os números reais são provavelmente maiores dos que os mostrados no levantamento.

10 distritos com mais casos de feminicídio*:

- Sé: 8,41
- Barra Funda: 6,11
- Vila Guilherme: 3,54
- Campo Belo: 2,59
- Casa Verde: 2,29
- República: 2,16
- Jaçanã: 2,05
- Artur Alvim: 1,91
- Perus: 1,88
- Vila Formosa: 1,75

10 distritos com mais casos de violência contra a mulher - todas:**

- Sé: 803,9
- Barra Funda: 651,5
- Brás: 580,0
- Pari: 515,8

- República: 465,9
- Bom Retiro: 402,7
- Santo Amaro: 360,9
- Itaquera: 356,8
- São Miguel: 345,4
- Socorro: 324,5

Dados sobre educação, saúde, cultura, habitação e idade média ao morrer em cada um dos 96 distritos da cidade também fazem parte do levantamento.

Confira abaixo os distritos com menos ocorrências, segundo o Mapa da Desigualdade 2019.

10 distritos com menos casos de feminicídio*

- Tremembé: 0,15
- Lajeado: 0,19
- Jardim Helena: 0,25
- Jabaquara: 0,28
- Perdizes: 0,28
- Ipiranga: 0,29
- Raposo Tavares: 0,30
- Jardim São Luís: 0,33
- Tatuapé: 0,34
- Grajaú: 0,34

Não foram registradas ocorrências de feminicídio nos distritos*:

1. Alto de Pinheiros
2. Ananguera
3. Bela Vista
4. Belém
5. Bom Retiro
6. Brás
7. Cachoeirinha
8. Jaguaré
9. Mandaqui
10. Marsilac
11. Moema
12. Mooca
13. Pari
14. Pinheiros
15. Tucuruvi
16. Vila Andrade
17. Vila Jacuí
18. Vila Leopoldina
19. Vila Maria
20. Vila Sônia

10 distritos com menos casos de violência contra a mulher - todas:**

- Vila Andrade: 102,3

- Perdizes: 112,4
- Alto de Pinheiros: 132,0
- Saúde: 141,7
- Vila Sônia: 153,9
- Jardim Ângela: 160,4
- Jardim São Luís: 161,2
- São Rafael: 164,5
- Anhanguera: 171,4
- Moema: 173,4

Desde 2012, a Rede Nossa São Paulo elabora e divulga anualmente o Mapa da Desigualdade da cidade. Veja [aqui](#) as tabelas completas.

* Ano-base: 2018. Fórmula: Número total de ocorrências de feminicídio dividido pela população feminina na faixa etária de 20 a 59 anos x 10.000. Fontes: MP-SP ; SSP; IBGE; Seade.

** Ano-base: 2018. Fórmula: Número total de ocorrências de violência contra a mulher dividido pela população feminina na faixa etária de 20 a 59 anos x 10.000. Fontes: SSP; IBGE; Seade.

[Mulheres ganham 16% a menos do que os homens na União Europeia](#)

Segundo a Eurostat, as europeias continuam a trabalhar gratuitamente durante dois meses em comparação aos seus colegas.

[\(G1, 04/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres na União Europeia ainda ganham em média 16% a menos do que os homens. Apesar das conquistas femininas, a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho é, dependendo do país, bem marcante. Nos últimos anos, os avanços foram pequenos.

Um homem pode ganhar até 25% a mais do que uma mulher, ambos desempenhando a mesma função, na Alemanha, Reino Unido, República Tcheca e Estônia. Esta segunda-feira (4), Dia Europeu da Igualdade Salarial, assinala simbolicamente o dia que as mulheres deixam de ser remuneradas pelo seu trabalho em comparação com os seus colegas masculinos.

A nova presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que assume em 1º de Dezembro, deve apresentar medidas para que haja uma transparência salarial vinculativa nos primeiros cem dias de seu mandato. Recentemente, o executivo europeu lembrou que o princípio de igualdade salarial foi inscrito nos Tratados europeus há 60 anos, “no entanto, mulheres em toda a Europa continuam sem ver essa legislação refletida na realidade de suas

vidas cotidianas”.

Segundo a Eurostat, a agência de estatísticas da União Europeia, as europeias continuam a trabalhar gratuitamente durante dois meses em comparação aos seus colegas e os progressos nesse domínio são muito lentos.

Em resumo, apesar da igualdade de gênero ser um dos valores fundamentais do bloco, na prática, o reconhecimento dos direitos das mulheres é demorado, longe do ritmo veloz do século XXI. Na outra ponta, estão os países escandinavos – Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega – que foram os pioneiros em implementar medidas para coibir a desigualdade salarial entre gêneros.

Em março passado, o Banco Mundial divulgou um relatório apontando que os suecos e dinamarqueses são os povos que mais oferecem direitos iguais para homens e mulheres. A França foi o país europeu que mais avançou na última década ao implementar uma lei para punir a violência doméstica, criar penalidades para o assédio sexual no local do trabalho e introduzir a licença paternidade remunerada – que existe desde os anos 70, na Suécia.

Brasil ocupa 71ª posição

Se o ritmo de evolução se mantiver, a igualdade de direitos entre homens e mulheres só vai conseguir ser atingida em 2073. O Brasil ocupa a 71ª posição, ao lado de Montenegro, Tajiquistão e Vietnã. Um estudo recente divulgado pelo IBGE mostrou que no Brasil a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior na faixa dos 40 anos.

A maternidade é outro fator que pesa para as mulheres no mercado de trabalho. Em geral, **os rendimentos das brasileiras que têm filhos, são em média 35% menores do que as mulheres que não têm.** Esta comparação diz respeito, principalmente, às famílias que não podem arcar com despesas de creches e babás.

Nove em cada dez europeus – mulheres e homens – consideram inaceitável que as mulheres tenham um salário inferior ao dos homens para o mesmo cargo. Discriminação, maternidade, trabalho em tempo parcial, cuidado a familiares dependentes ou idosos são fatores que contribui para o aumento da disparidade salarial das mulheres.

Certamente estas diferenças vão refletir, mais tarde, em suas pensões de aposentadoria devido às baixas contribuições para segurança social em vários países do bloco. É o que acontece, por exemplo, na Romênia, Chipre, Alemanha, Holanda e Áustria, onde as mulheres correm o risco de pobreza ou exclusão social na velhice.

“Somente 8% dos investimentos financeiros são destinados ao empreendedorismo das mulheres”, destacam ONU Mulheres, OIT e União Europeia

Sistemas de inclusão financeira, capacitação, empreendedorismo e caminhos para diminuir obstáculos para acesso a financiamentos por parte de mulheres marcaram os debates do evento

(ONU Mulheres Brasil, 23/10/2019 - acesse no site de origem)

Novos conceitos, tendências do sistema financeiro inteligente com enfoque em gênero e muitos exemplos de boas e más práticas na área orientaram os painéis do seminário “*Promoção de financiamento inovador por meio de investimentos inteligentes em gênero: experiências, oportunidades e desafios*”, realizado pela ONU Mulheres, OIT (Organização Internacional do Trabalho) e União Europeia, em 10 de outubro, em São Paulo. A troca de experiências entre bancos multilaterais e instituições de financiamento de desenvolvimento voltada para as mulheres foram os destaques da primeira parte do evento.

Para a diretora regional da ONU Mulheres para as Américas e Caribe, Maria-Noel Vaeza, “é necessário que mulheres aprendam a utilizar o sistema financeiro. Somos esses 50%, mas com uma energia muito forte para remover os obstáculos que enfrentam as pequenas e médias empreendedoras”.

Entre os assuntos abordados estavam os desafios de como atrair mais investidores capazes de disseminar novos instrumentos e estratégias para se obter melhoria das condições de inclusão de mulheres como empreendedoras.

“Segundo dados deste ano do Investor LATAM, apenas 8% dos investimentos financeiros são destinados ao empreendedorismo feminino frente a 16% de projetos liderados por homens, apesar do grande potencial de retorno financeiro que mulheres apresentam”, destacou a especialista em Investimento de Impacto e Financiamento Inovador do Escritório Regional da ONU Mulheres para as Américas e Caribe, Gabriela Rosero. A formação de redes de *networking e matchmaking* (relacionamento e encontro de partes interessadas) – unindo quem deseja investir com quem precisa do investimento – foi uma das soluções apresentadas.

Formas de trazer mulheres à formalidade no mercado de trabalho e investimentos voltados para esse objetivo também foram amplamente debatidos, por meio de diagnósticos, dados e trocas de experiência. Para a coordenadora do Itaú Unibanco, Fernanda de Carvalho Boschi, trazer as mulheres para o mundo dos negócios é muito mais do que uma atitude de boa vontade. Se mostrarmos bons resultados econômicos, como é perfeitamente possível, os investidores chegarão até nós”.

Negócios desafiadores – Fundos de pensão dedicados às mulheres empreendedoras foi um

dos temas tratados como prioridade entre as painelistas de incorporações com enfoque em gênero. “Trata-se de um negócio que se trabalha por muitos anos, até que se possa tornar sócia de algum fundo de pensão. O sucesso está relacionado ao conhecimento e à confiança entre investidores”, declarou a sócia especialista em gestão de carteiras e avaliação de oportunidades de investimento (Ignia Ventures), do México, Christine Kenna.

No setor de agronegócios - voltado para mulheres - também foram revelados gargalos e desafios. Para a associada sênior da Acumen Latam Capital Partners, Maria Pia Morante, “homens se sentem mais confortáveis trabalhando junto a outros homens e aí se encontra um grande obstáculo a ser vencido pelas mulheres empreendedoras”.

O caminho para a inclusão no setor de investimentos é a comunicação e a união, revelaram as painelistas. De acordo com as especialistas, o papel da ONU Mulheres em aproximar empreendedoras com interesses comuns é fundamental para o alcance de bons resultados.

Aprendizados de gênero - Para a especialista nacional do setor privado do Programa Ganha-Ganha, ONU Mulheres Brasil, Adriana Carvalho, “o intercâmbio de informações sobre estratégias que não foram bem-sucedidas e aprofundar os motivos do insucesso também é uma grande forma de aprendizagem”. Nesse sentido, Christine Kenna lembrou que, no início de seu envolvimento com temas de investimentos voltados para mulheres apenas procurava engajar outras mulheres e, por fim, entendeu que o sucesso dessa iniciativa dependia do envolvimento direto por parte dos homens empreendedores, já que, naquele momento, eles eram os tomadores de decisão. “Sensibilizá-los e engajá-los foi fundamental para atingir bons resultados. Além disso, todos temos que nos esforçar e nos responsabilizar para que cada investidor exerça seu papel”, concluiu.

Redes e serviços de apoio ao investimento inteligente com enfoque de gênero foi o tema do último painel do seminário. Depoimentos entusiasmados, como o de Marta Cruz, foram um dos pontos altos do evento. Para a sócia gerente da NXPT, da Argentina, o segredo para o sucesso de empreendedoras e investidoras está no comprometimento de todas as partes envolvidas, no espírito de iniciativa, na ousadia. “Para se abrir um pequeno ou grande empreendimento, há que se pensar grande e ter paixão para se chegar cada vez mais longe.” Cristina abordou a importância dos “investidores-anjos”, além de incubadoras e aceleradoras para estimular iniciativas bem sucedidas.